



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0014438-65.2012.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos**
 Requerente: **Pamela Cristine Carrasco Salvador**
 Requerido: **Fazenda Publica do Estado de São Paulo e outro**

CONCLUSÃO

Em 02 de abril de 2014, faço conclusos estes autos a MM. Juíza de Direito da Vara da Fazenda Pública desta Comarca, Dra. **GABRIELA MÜLLER CARIوبا ATTANASIO**. Eu, Marta Regina Pereira, Assistente Judiciário, digitei.

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

VISTOS.

Trata-se de Ação Ordinária, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela, proposta por **PAMELA CRISTINE CARRASCO SALVADOR** contra a **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO** e a **FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**, aduzindo em síntese que é portadora de "Doença de Devic" (CD G-360), razão pela qual foi lhe prescrito os medicamentos Azatioprina 50 mg, 03 cápsulas ao dia, Prednisona 20 mg, 01 cápsula ao dia e omeprazol, 01 cápsula ao dia, mas não possui condições financeiras de arcar com o seu tratamento, tendo feito pedido administrativo, que foi indeferido sob o argumento de que a sua doença não pertence ao protocolo.

A liminar foi deferida às fls. 02.

O Município de São Carlos apresentou contestação (fls. 83/108), alegando, preliminarmente, ilegitimidade passiva e falta de interesse processual. No mérito, sustenta que a saúde não está prevista como um direito individual da pessoa,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

mas sim um direito social, de efetivação programática e requereu a extinção do processo sem resolução do mérito, ou, alternativamente, a improcedência do pedido.

Contestação da Fazenda Pública do Estado de São Paulo às fls. 174/180. Preliminarmente, alegou falta de interesse de agir, uma vez que todos os medicamentos pleiteados são fornecidos pelo SUS, mas não consta qualquer pedido administrativo formulado pela autora. No mérito, sustenta que o pedido de atendimento preferencial postulado pela autora afronta o princípio da constitucional da igualdade; que o direito à saúde refere-se à efetivação de políticas públicas que alcancem a população como um todo, assegurando-lhe acesso universal e igualitário e não em situações individualizadas, frisando que o orçamento é escasso e que é elaborado tendo em vista metas e prioridades estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias. Requereu a improcedência do pedido.

Réplica às fls. 188/195.

Às fls. 198/199 a requerente informa que teve a dose do medicamento Azatioprina 50 mg aumentada para 04 comprimidos ao dia.

Instados a se manifestar sobre a pretensão na produção de provas, o Município de São Carlos requereu que a autora apresentasse provas de sua hipossuficiência econômica e notificação da médica particular, para que apresentasse novo relatório técnico (fls. 202).

Foram juntados aos autos os relatórios médicos às fls. 223, 238 e 268 e o relatório social de fls.238.

Pela petição de fls. 263/267 informa a requerente que não mais necessita fazer uso dos medicamentos Prednisona 20 mg e omeprazol, mantendo-se o tratamento com o Azatioprina 50 mg, 04 cápsulas ao dia.

Manifesta-se o Município de São Carlos às fls.283/284, juntando parecer do Médico Auditor da Secretaria Municipal de Saúde, informando que o medicamento Azatioprina 50 mg é uma medicação de baixo custo, disponível na farmácia popular ao custo unitário de R\$1,40 (um real e quarenta centavos).

É O RELATÓRIO.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

Afasto, inicialmente, a preliminar de falta de interesse de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

agir, pois a Constituição Federal, em seu artigo 5º, XXXV, consagra o princípio da inafastabilidade do Judiciário em caso de lesão ou ameaça de lesão aos direitos dos cidadãos, até mesmo porque, caso a autora tivesse logrado êxito em obter o medicamento pleiteado, por óbvio, não teria ingressado com a presente demanda, custosa e demorada.

Por outro lado, também não é o caso de se reconhecer a ilegitimidade passiva do Município, pois a saúde configura direito líquido e certo de todos, e o Estado, em todas as suas esferas de governo e solidariamente, tem o dever de assegurá-la, sob pena de tornar letra morta os artigos 6º e 196, ambos da Constituição Federal.

Assim, cabe ao Município demandar os demais entes federados, regressivamente e não impor este ônus à autora, que é hipossuficiente.

Afasto, também, a preliminar de falta de interesse de agir arguida pela Fazenda Pública do Estado de São Paulo, pois ao contrário do alegado, a autora, antes de ajuizar a presente ação, fez sim pedido administrativo, o qual foi indeferido, conforme demonstram os documentos de fls. 28/31.

Cabe aos Estados e Municípios ter em seu orçamento verbas destinadas ao gasto com medicamentos e acessórios necessários à saúde, para a população, cujos preços extrapolam as possibilidades econômicas dos desprovidos de rendimentos suficientes, como é o caso da autora, pelo que se observa do relatório social de fls. 238.

A questão relativa à responsabilidade solidária e ao repasse de verbas deve ser resolvida no âmbito administrativo entre o Município, o Estado e a União, que integram o Sistema Único de Saúde. A cooperação financeira entre essas entidades e a falta de recursos não pode servir de escusa para o não fornecimento de medicamento e acessórios necessários à saúde, sob pena de acarretar à população grave dano à sua saúde.

Até porque a presente questão não está ligada à viabilidade econômica do Poder Público em atender os necessitados, mas sim à necessidade de resguardar um direito do cidadão.

O direito à saúde, além de ser um direito fundamental que assiste a todas as pessoas, representa consequência constitucional indissociável do direito à vida e a dignidade da pessoa humana. O Poder Público, qualquer que seja a esfera institucional de sua atuação no plano da organização federativa brasileira, não pode



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

mostrar-se indiferente ao problema da saúde da população, sob pena de incidir em grave comportamento inconstitucional.

Com efeito, incide sobre o Poder Público a obrigação de tornar efetivas as prestações de saúde, incumbindo-lhe promover medidas preventivas e de recuperação que, fundadas em políticas idôneas, tenham por finalidade viabilizar a norma constitucional.

Não basta, portanto, que o Estado meramente proclame o reconhecimento formal de um direito, seja ele integralmente respeitado e plenamente garantido, especialmente naqueles casos em que o direito – como o direito à saúde – se qualifica como prerrogativa jurídica de que decorre o poder do cidadão de exigir, do Estado, a implementação de prestações positivas impostas pelo próprio ordenamento constitucional.

Ressalte-se que a médica que prescreveu o medicamento à autora, informa que a paciente fez uso de corticoides em dose alta, mas que a troca do fármaco foi motivada pela piora clínica da paciente e que, após o início do tratamento com o medicamento Azatioprina 50 mg, apresentou remissão completa dos surtos. Trata-se de profissional competente que elaborou os relatórios de fls. 223 e 268 com base em sua experiência profissional, de acordo com o caso clínico apresentado, com as suas peculiaridades.

O remédio Azatioprina 50 mg é uma medicação de baixo custo disponível na farmácia popular com preço unitário de R\$1,40, conforme informação do Município de São Carlos de fls. 283/284, podendo, portanto, ser fornecido à autora sem acarretar expressiva onerosidade aos requeridos.

Não há necessidade de continuidade do fornecimento dos medicamentos Prednisona 20 mg e omeprazol, pois a autora não os usa mais.

Ante o exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, com fundamento no artigo 269, I, do Código de Processo Civil e **PROCEDENTE** o pedido, ficando mantida, a tutela antecipada, para que os requeridos continuem fornecendo o medicamento Azatioprina 50 mg 04 (quatro) comprimidos ao dia, constante do receituário de fls. 200 e relatório de fls. 268, enquanto dele necessitar a autora, sob pena de sequestro de verbas públicas para esta finalidade.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

Condeno os requeridos, solidariamente, a arcarem com as custas, na forma da lei, bem como com os honorários advocatícios que fixo, por equidade, em R\$ 700,00 (setecentos reais).

P. R. I. C.

São Carlos, 02 de abril de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**